

Abreu confirma o projeto e já denuncia pressões

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, confirmou ontem a existência do pacote de cortes nos gastos públicos, acompanhando a proposta de Orçamento Geral da União para 1989 que o presidente José Sarney está examinando, **confirme o CORREIO BRAZILIENSE** adiantou, em primeira mão, em sua edição de ontem. Mas as pressões políticas em cima do Governo já provocaram o primeiro recuo, em relação à sugestão de cortes da Seplan: provavelmente não mais serão extintos os ministérios da Reforma Agrária, Ciência e Tecnologia e Habitação e Urbanismo.

Estes ministérios, entretanto, ficarão sem grande parte das verbas destinadas, até então, ao apoio aos Estados e Municípios, bem como à execução de atividades desenvolvidas simultaneamente por outros órgãos da administração pública. O Ministério da Habitação e Urbanismo, por exemplo, perderá quase Cz\$ 70 bilhões, de acordo com a proposta da Seplan que este jornal divulgou ontem. João Batista admitiu que a Seplan chegou a propor a extinção dos três ministérios.

O ministro informou também que ainda não tem um número definitivo sobre o total dos cortes, que poderá ser diferente da cifra de Cz\$ 1 trilhão 360 bilhões do Anexo I da proposta orçamentária em exame pelo presidente Sarney. Na realidade, a Seplan propôs, através deste Anexo, a transferência de todos os programas e projetos, cujos recursos a União vai perder por força da Constituinte, para a esfera dos Estados e Municípios, dentro da chamada Operação Desmonte.

A assessoria de João Batista mostrava-se ontem preocupada com a antecipação, pelo **CORREIO**, do pacote de cortes de verbas da Operação Desmonte. Segundo a assessoria, ao tornar pública a versão técnica do Anexo I, é provável que aumentem também as pressões dentro e fora do Governo, para impedir que a União repasse tantos encargos aos governos estaduais e às prefeituras. Temem também que os deputados e senadores reajam em bloco, contra os cortes de despesas federais, em defesa de seus inte-

resses nas diversas regiões que serão atingidas pelo pacote orçamentário.

A Seplan espera também uma intensificação dos lobbies de funcionários e altos burocratas das empresas estatais e órgãos que serão extintos ou privatizados — como é o caso do Instituto Brasileiro do Café (IBC), ou do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), ou mesmo do Banco Meridional. De qualquer forma, estas reações que a Seplan teme já estavam previstas no documento original a que o **CORREIO BRAZILIENSE** teve acesso no final da semana, e onde os técnicos atribuem tais reações ao "espírito corporativista que grassa na administração pública brasileira".

Segundo a proposta para o orçamento de 89, seriam privatizados o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), vinculado ao Ministério da Agricultura, e o Banco Meridional, já saneado, além da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, da Empresa de Navegação da Baía do Prata, da Companhia de Navegação da Amazônia (Enasa), Siderúrgica da Amazônia (Siderama) e Companhia de Navegação do São Francisco (Franave). A proposta prevê ainda a fusão do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), Departamento Nacional de Obras Contra a seca (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), que dariam origem à Empresa Brasileira de Irrigação e Drenagem.

Prevê também a extinção de outros 14 órgãos federais e empresas: Instituto Brasileiro do Café (IBC), Superintendência da Borracha (Sudhevea), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Caçueira (Ceplac), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), Secretaria Especial da Região Sudeste, Fundação Projeto Rondon, Fundação Petrônio Portela, Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).